O município de Torres Novas agrega dez freguesias localizadas na Região Centro (NUTS II) e sub-região do Médio Tejo (NUTS III). O concelho é habitado por 34114 torrejanos numa área total de 270,0 km^2 caracterizada pela coexistência da formação calcária da Serra de Aire e das várzeas do rio Almonda, que se alargam em lezírias na confluência com o Tejo.

A nível concelhio faz fronteira com Tomar (norte e nordeste), Ourém (norte e noroeste), Entroncamento e Vila Nova da Barquinha (este), Golegã e Santarém (sul) e Alcanena (oeste).

Sede do município (coordenadas GPS, WGS84 Datum)

- DDD (graus decimais): 39.4801, -8.5394
- DMM (graus e minutos decimais): 39º28.8008', -8º32.3592'
- DMS (graus, minutos e segundos): 39º28'48.1229'', -8º32'21.5431''

A região revelou-se apelativa desde tempos longínquos, tendo o homem deixado marcas da sua presença desde o Paleolítico em locais situados na orla da rede cársica do rio Almonda, como as grutas de Buraca da Moura e da Oliveira ou a Lapa da Bugalheira.

Mais tarde, nos primórdios do domínio romano, Cardílio e Avita tornaram-se proprietários de uma das diversas “villae” existentes na zona, a Vila Cardílio, que seria classificada como Monumento Nacional em 1967. Esta vila lusitano-romana foi habitada nos séculos I a IV d.C. e entre as suas ruínas recuperaram-se painéis de mosaicos coloridos, moedas, esculturas, a par da inscrição latina que numa interpretação deseja felicidades ao casal na sua “villa da torre”, expressão associada a uma origem plausível do topónimo Torres Novas.

A partir do século XII, o território então conhecido por Turris começou a ganhar os seus contornos atuais, com a expulsão dos invasores árabes pelas tropas de D. Afonso Henriques (1148) e a fundação do concelho no foral atribuído a 1 de outubro de 1190 por D. Sancho I. O castelo, que entretanto ficara em ruínas, foi reconstruído por ordem deste soberano e, mais tarde, por D. Fernando I na sequência das guerras travadas com os reis de Castela. A fortificação resistiu ao tempo e apenas seria alvo de novo programa de reconstrução seis séculos depois, altura em que já detinha a classificação de Monumento Nacional, atribuída em 1910.

No decurso da Idade Média, a área circundante conheceu um forte crescimento demográfico e económico, recebendo a Carta de Feira no ano de 1263 e passando a pertencer aos domínios da rainha Santa Isabel de Aragão em 1304, por doação do marido, o rei D. Dinis. Nos séculos

seguintes, afirmar-se-ia como local de reunião das cortes e de momentos históricos, como o juramento do casamento entre os infantes D. Beatriz e D. Henrique, filhos de D. Fernando I e D. João I de Castela (1380), o estabelecimento da regência de D. Leonor de Aragão, devido ao falecimento do esposo D. Duarte I e a menoridade do filho D. Afonso V (1438) e a decisão de se realizarem as Cortes com intervalos de uma década de modo a gerar proximidade entre os reis e os seus súbditos (1525).

A vila teve D. Isabel de Avis como donatária na primeira metade do século XV e recebeu novo foral no reinado de D. Manuel I (1510). Na década seguinte, D. João de Lencastre passaria a deter o título de primeiro Marquês de Torres Novas, juntamente com o de duque de Aveiro, ambos extintos em 1759 por sentença devido à suposta implicação de D. José Mascarenhas da Silva e Lencastre na tentativa de regicídio de D. José I. O monarca sobreviveu e seria a sua filha, rainha D. Maria I, a conceder licença a Henrique Meuron e David Suabe para instalarem a Fábrica das Chitas (1783), destruída pelas tropas do general Massena na terceira invasão francesa (1810).

O tecido económico desenvolveu-se ao longo do século XIX e entre os casos de maior sucesso encontram-se a fundação da Fábrica de Papel do Almonda (1818), a constituição da Companhia de Fiação de Torres Novas (1845), bem como a criação da transportadora João Clara & Companhia (Irmãos) Lda. que, à data da sua nacionalização (1975) se denominava Clara Transportes - S.A.R.L. e acumulava a maior cota de mercado no país com a segunda maior na Península Ibérica.

A inauguração da linha ferroviária de Torres Novas a Alcanena em 1893, por seu lado, protagonizou um dos episódios mais curiosos e atribulados na história empresarial da região. O “Comboio Menino”, assim apelidado devido à dimensão reduzida da composição, era concessionado pela Companhia de Caminhos de Ferro de Torres Novas a Alcanena - S.A.R.L. (pertença do Barão de Matosinhos) e circulava, na maioria do percurso, por uma via de bitola estreita assente sobre estradas. Os múltiplos descarrilamentos granjearam-lhe uma segunda denominação, a de “Rata Cega”, e contribuiriam para o encerramento da linha três anos após a sua criação. O século XX chegou entretanto e a memória dos trilhos da via-férrea foi-se diluindo na crescente afirmação regional do concelho que determinou a elevação de Torres Novas a cidade no ano de 1985.

A cidade de Torres Novas acolhe a sede deste concelho que integra as freguesias de Assentis, Chancelaria, Meia Via, Pedrógão, Riachos (vila), União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel, União das Freguesias de Olaia e Paço, União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago), União das Freguesias de Torres Novas (São

Pedro), Lapas e Ribeira Branca e, por fim, Zibreira. As idades da generalidade da população nas dez freguesias situam-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos.

A União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca concentra o número mais significativo de habitantes, superando os 8.400, e contrasta com os pouco mais de 1.000 registados na freguesia de Zibreira. A maior circunscrição do município supera os 40 km^2 e pertence à União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago), por oposição aos cerca de 4 km^2 da freguesia de Meia Via. A pequena dimensão desta última contribui para que detenha uma densidade populacional elevada, acima dos 395 habitantes por km^2 e oito vezes superior ao valor mais baixo do concelho, pertencente à freguesia de Chancelaria.

As áreas de especialização produtiva com maior relevo municipal pertencem às indústrias transformadoras da madeira (destaque para o papel, além do fabrico de mobiliário, serração e carpintaria), agroalimentar (relevância do azeite), metalúrgica e metalomecânica (materiais de transporte), têxteis, materiais de construção, a par dos serviços nas áreas dos transportes de pessoas e mercadorias.

As sociedades e empresas do concelho destacam-se no setor do comércio por grosso e a retalho, sendo seguidas pelas prestadoras de serviços de consultoria, técnicos e similares e pelas ligadas às atividades de construção. A população empregada apresenta valores com uma tendência similar, na qual se salientam os setores terciário e secundário, acima dos 70% e dos 25%, respetivamente. O setor primário não ultrapassa 1,7% dos cerca de 15.000 trabalhadores no concelho e as explorações agrícolas representam aproximadamente 15% do total registado no Médio Tejo.

FONTES

CIMT - Portal do Empreendedor, Fundação Francisco Manuel dos Santos (PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo), IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IGP - Instituto Geográfico Português (CAOP), INE – Instituto Nacional de Estatística (Censos 2011 e Recenseamento Geral da Agricultura 2009), Reorganização Administrativa de Freguesias (Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro), sites institucionais dos municípios associados e respetivas juntas de freguesia - informação recolhida em setembro de 2013.